



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAÍBA
Avenida Doutor Leonardo Lívio Ângelo Paulino, 201 - CEP 58020-911 - João Pessoa - PB

RELATÓRIO

RELATÓRIO

APRESENTAÇÃO

Trata-se de Relatório de Atividades 2016 apresentada pela Comissão Multidisciplinar de Acessibilidade da Justiça Eleitoral da Paraíba, criada pela Portaria de nº 450/2014 – PTRE/SGP/COPESES/SERF de 03 de novembro de 2014 e alterada pela Portaria nº 1001/2015 – PTRE/DG/SGP/COPESES/SERF de 06 de outubro de 2015.

Seguindo as instruções da Resolução nº 23.381/2012 do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que instituiu o Programa de Acessibilidade da Justiça Eleitoral, a referida comissão realizou as seguintes reuniões:

- 27/04/16: Foram discutidas as questões relacionadas à elaboração do checklist com os critérios de acessibilidade para disponibilizar para os chefes de cartório, à disponibilização da legislação eleitoral em áudio no sítio eletrônico do TRE-PB, à divulgação em mídia do tema acessibilidade nas eleições e o desenvolvimentos de ações constantes no Plano de Ação para o ano de 2016. Também foi realizado levantamento das edificações do TRE-PB, de 2007 até os dias atuais, onde houve ações, visando atender à Lei nº. 10.098/2000, bem como a norma de acessibilidade (NBR-9050);
- 03/06/16: Foram discutidas questões sobre seções especiais de votação instaladas no Estado, check list com critérios básicos de acessibilidade para auxiliar na escolha dos locais de votação, elaboração de Relatório de Gestão de atividades consoantes com a Decisão Normativa TCU nº 146/2015 e Portaria TCU nº 321/2015 e discutidas as ações realizadas em relação ao plano de ação de 2016 e elaboração de plano de ação para 2017.
- 08/08/16: Foram discutidas questões relacionadas ao Decreto 230/2016-CNJ, ao Relatório Anual da Comissão, bem como foram realizadas recomendações para adaptações da estrutura física do TRE-PB a pessoas com deficiência. Também foi discutido o planejamento das ações para o do ano de 2017 e a indicação de Presidente substituto da Comissão.
- **data da próxima reunião: O que foi discutido.**

O quadro 1 mostra a proposta apresentada pela Comissão Multidisciplinar para de 2016 e o que foi realizado:

Quadro 1: Plano de ação 2016

PROPOSTA APRESENTADA	EXECUÇÃO
- Incluir o tema “Acessibilidade” no Congresso da Justiça Eleitoral da Paraíba do ano 2015, com objetivo de disseminar informações e instruções aos juízes eleitorais e servidores da justiça eleitoral;	A Comissão Multidisciplinar de Acessibilidade, com apoio da Escola Judiciária Eleitoral (EJE), incluiu o tema no Congresso Paraibano de Direito Eleitoral realizado em março de 2015, onde foram distribuídos panfletos informativos durante o evento para os servidores participantes e alunos da UFPB.
- Instruir e Orientar Multiplicadores sobre o tema “Acessibilidade”, junto à Coordenadoria de Desenvolvimento (CODES) da Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP);	Em reunião com membros da Comissão e servidor da CODES foi discutida essa proposta e acordado que o momento mais propício para realização desta ação seria no ano 2016, no momento instrução dos mesários e auxiliares das eleições, ocasião na qual serão dadas

	todas as orientações em relação ao tema ao maior número de pessoas possível.
- Divulgar na mídia, junto com a Assessoria de Comunicação (ASCOM) e Escola Judiciária Eleitoral (EJE), orientações para eleitores com deficiência ou mobilidade reduzida procurarem a Justiça Eleitoral para informarem à Justiça Eleitoral sobre a sua condição especial e, solicitar, se necessário, mudança do local de votação para locais mais acessíveis ;	Foi realizado o trabalho de divulgação junto à EJE, conforme anexo deste documento. Sendo necessário intensificar o trabalho de divulgação do tema na mídia no ano de 2016.
- Orientar <i>in loco</i> , junto aos Centros Especiais de Tratamento de pessoas com Deficiência ou mobilidade reduzida, sobre a possibilidade de mudança dos locais de votação e uso de equipamentos para o melhor exercício do voto;	Realização orientação na Fundação de Apoio ao Deficiente através de panfleto informativo e orientações.
- Diagnosticar, junto à Corregedoria Eleitoral, as Seções Eleitorais onde existam Deficientes Visuais e Físicos para que, em anos eleitorais, sejam disponibilizados equipamentos de auxílio em tais Seções (a exemplo do fone de ouvido) e outras soluções sejam adotadas, de acordo com a necessidade do caso;	Foram levantados, através de pesquisa aos dados do Cadastro Nacional dos Eleitores, 1.541 eleitores com deficiências visual, 782 com deficiência auditiva, 3.293 com dificuldade de locomoção e 430 com dificuldade para exercício do voto, sendo declarados um total de 6.046 eleitores com deficiência e/ou dificuldade de mobilidade. O TRE-PB disponibilizou nas últimas eleições 255 seções de votação especiais para deficientes visuais e 26 seções de votação acessíveis para pessoas com mobilidade reduzida.
- Levantamento, junto à Seção de Orientação e Apoio às Zonas Eleitorais (SOAZE), da quantidade de fones de ouvido necessária para suprir a demanda de eleitores com Deficiência Visual no Estado da Paraíba;	Foram levantados, através de pesquisa aos dados do Cadastro Nacional dos Eleitores, 1.541 eleitores com deficiências visual distribuídas em 1211 seções em 638 locais de votação. São necessárias uma média 500 de fones de ouvido para suprir as as demandas de eleitores com deficiência visual no Estado.
- Sugerir, junto à Secretaria de Tecnologia da Informação (STI), a disponibilização da Legislação Eleitoral em áudio através do Sítio Eletrônico do TRE-PB;	Foi verificado a possibilidade dessa disponibilização em nosso site eletrônico (10/10), inclusive foi pesquisado em outros tribunais e TSE e, segundo o que nos foi informado, até aquela data, o áudio disponível não era atualizado com nova legislação eleitoral. A Comissão optou por inserir no site eletrônico desse Regional o áudio já atualizado e trabalhará na busca desse objetivo
- Levantamento, junto às Zonas Eleitorais, com o auxílio dos Chefes de Cartório e SOAZE, se estão sendo observadas as normas de acessibilidade quando da escolha dos dos locais de votação;	A SOAZE realizou o trabalho de orientação nas últimas eleições. Para maior precisão na escolha dos locais de votação, está sendo elaborado um check list contendo os critérios básicos de acessibilidade que orientará a escolha pelos chefes de cartório de cada zona eleitoral.

<p>- Atuar, em conjunto com a Assessoria de Planejamento Estratégico e Gestão (ASPLAN), na construção do novo Planejamento Estratégico do TRE-PB no tocante à acessibilidade, com ênfase nas ações e metas destinadas à melhoria dos indicadores 11, 12 e 13 do objetivo estratégico “Facilitar o acesso à justiça”.</p>	<p>Foi inserido no Planejamento Estratégico 2016/2021 do TRE/PB o indicador: "Índice de acessibilidade dos imóveis da Justiça Eleitoral da Paraíba", relacionado ao objetivo estratégico Garantia dos direitos de cidadania, que se refere ao direito de garantir, no plano concreto, os direitos da cidadania, buscando fortalecer a democracia, observando práticas sustentáveis, acessibilidade e uso de tecnologia limpa e como meta no planejamento estratégico a reforma dos prédios do TRE dentro dos critérios de acessibilidade.</p>
--	--

Lista das edificações do TRE-PB, de 2007 até os dias atuais, onde houve ações, visando atender a LEI nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, bem como a norma de acessibilidade (NBR-9050): a) CONSTRUÇÕES: Esperança, São João do Cariri, Pombal, Malta, Conceição, Ingá, Araruna, Areia, Sapé, Caiçara, Taperoá, Santa Rita e Pirpirituba; b) REFORMAS: Teixeira, Rio Tinto, Itaporanga e Sumé. Atualmente, encontram-se também em construção, seguindo as normas, os Fóruns Eleitorais de Catolé do Rocha, Guarabira e Boqueirão.

O quadro 2 mostra o plano de ação proposta para o ano de 2017.

Quadro 2 : Plano de ação 2017

PROPOSTA APRESENTADA	EXECUÇÃO
<p>- Recomendar que seja contemplado o critério de acessibilidade na escolha dos locais de votação durante o planejamento das eleições/atos preparatórios</p>	<p>Foram repassadas informações aos chefes de cartório, durante o treinamento</p>
<p>- disponibilizar check list com critérios básicos de acessibilidade a serem adotados na escolha do local de votação pelos chefes de cartório.</p>	<p>Primeiro trimestre 2016</p>
<p>- Incluir o tema “Acessibilidade” no Congresso da Justiça Eleitoral da Paraíba do ano 2016</p>	<p>Primeiro semestre de 2016</p>
<p>- Orientar os mesários e multiplicadores acerca do tema “acessibilidade”, junto à Coordenadoria de Desenvolvimento (CODES)</p>	<p>Segundo semestre de 2016</p>
<p>- Intensificar, junto à Assessoria de Comunicação (ASCOM) e Escola Judiciária Eleitoral (EJE), a divulgação do tema na mídia, principalmente durante o cadastramento eleitoral para atingir maior número de pessoas.</p>	<p>Segundo semestre de 2016</p>
<p>- Divulgar <i>in loco</i>, junto aos Centros Especiais de Tratamento de pessoas com Deficiência ou mobilidade reduzida, sobre a possibilidade de mudança dos locais de votação e uso de equipamentos para o melhor exercício do voto;</p>	<p>Primeiro semestre de 2016</p>

- Solicitar junto à Administração da Justiça Eleitoral equipamentos de auxílio ao voto (fones de ouvido) nas Seções Eleitorais onde existam Deficientes Visuais.	Primeiro semestre de 2016
- Implementar, junto à Secretaria de Tecnologia da Informação (STI), a disponibilização da Legislação Eleitoral em áudio através do Sítio Eletrônico do TRE-PB;	Primeiro semestre de 2016
- Quantificar os prédios não acessíveis da Justiça Eleitoral e recomendar adaptações para acessibilidade.	Segundo semestre de 2016

Entre as ações elencadas acima, informamos que será apresentado, em tempo oportuno, proposta orçamentária para aquisição de materiais e realização de atividades pertinentes à Comissão de Acessibilidade, já existindo orçamento para as adequações dos prédios não acessíveis da Justiça Eleitoral, tendo em vista estar inserido no planejamento estratégico do TRE-PB, cuja meta é se alcançar o índice de 25 % de imóveis adaptados para pessoas com deficiência na Justiça Eleitoral da Paraíba em 2017 e ser apresentada como iniciativa estratégica a serem implementadas pela Secretaria de Administração e Orçamento. Dessa forma, a Justiça Eleitoral da Paraíba trabalha em conjunto no sentido de autonomia aos eleitores com deficiência ou mobilidade reduzida, para o livre exercício do direito ao voto.

João Pessoa, dia de dezembro de 2016.

Comissão Multidisciplinar do Programa de
Acessibilidade da Justiça Eleitoral da Paraíba



Documento assinado eletronicamente por **RAISSE FERNANDES BARBOSA, Presidente da CMA**, em 10/08/2016, às 09:30, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-pb.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=0083346&crc=30D23E5E, informando, caso não preenchido, o código verificador **0083346** e o código CRC **30D23E5E**.